

## Ata da Reunião Ordinária de 17 1 de fevereiro de 2005

### 2 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3

4 Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, com início às oito horas trinta minutos

5 realizou-se a reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na

6 sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, sito a rua Antônio da Veiga, 439 -

7 Victor Konder, sob a Coordenação de Maria Aparecida de Moraes, representante da Secretaria Municipal dos

8 Direitos da Criança e do Adolescente - SECRIAD; Alexandre Farias, representando a Fundação Cultural de

9 Blumenau - FCB; Andrea Heidemann, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;

10 Liane Koffke, representando a Secretaria Municipal de Educação - SEMED; Lorete Bernardes, representando

11 a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS; Darci Holler Pereira, representando a Associação Blumenauense de

12 Amparo aos Menores - ABAM; Edna E. E. Gonçalves, representando a Associação Assistencial Lar Betânia -

13 AALB; Neiva de Assis e Leila P. Vieira, representando a Associação de Voluntários de São Roque - AVSR;

14 Umberto O. Campos, representando o Centro de Educação Amiguinho Feliz - CEAF; Eva Salet Mendes

15 Johann, representando a Pastoral da Criança - CNBB; Dora Neves Moritz, representando o Lions Clube de

16 Blumenau Garcia - LCBG; Lourdes Zimmer Cenci, Maria Elisabeth P. Godoz e Miriam Soares Veiga,

17 representando os Conselhos Tutelares Centro e Garcia; Orlando Mattos Júnior, Gestor do FIA; Erica Lídia

18 Schmitt, Maria Eunice M. Bernat, Patrícia Morastoni Sasse, Rejane Wilvert, Maria Regina Cordini Golle,

19 Helena T. Cassaniga Nascimento, Cristiane Barcelos da Gerência de Gestão Social - SEMAS. A Coordenadora

20 Geral cumprimentou a todos procedeu a leitura do Edital de Convocação 002/2005, o qual foi aprovado,

21 ficando a ordem do dia com a seguinte seqüência: 1) Abertura dos Trabalhos, 2) Momento da Coordenação

22 Geral, 3) Intervalo, 4) Apresentação da Gerência de Gestão Social, 5) Momento da comissão de Política,

23 Plano e Diagnóstico, 6) Palavra Livre. **1) Abertura dos Trabalhos:** Para este momento a Assessoria preparou

24 uma apresentação com o tema "Ser Criança", após a Assessora Rejane refletiu com os Conselheiros a

25 importância do trabalho do CMDCA em prol dos direitos da criança e do adolescente. **2)**

**Momento da**

26 **Coordenação Geral:** A Coordenadora Geral sugeriu que, a cada plenária, alguma Entidade ou Secretaria se

27 responsabilize em apresentar uma dinâmica de abertura, a Conselheira Darci manifestou interesse em

28 realizá-la na próxima reunião. A seguir o Conselho passou a apreciação das Atas de 09 de dezembro de 2004

29 e 03 de fevereiro de 2005, sendo que a primeira foi aprovada por unanimidade e a segunda, após as devidas

30 correções e inclusões, foi aprovada por dez votos favoráveis e uma abstenção. Após, a Coordenadora Geral

31 trouxe para conhecimento e posterior deliberação da Plenária a questão do pagamento da Taxa para obter a

32 Carteira de Identidade. Colocou que o Conselho deve manifestar-se no sentido de garantir, através de

33 critérios, a isenção desta taxa para a 1ª via do documento e passou a palavra para a Assessora Helena que

34 explanou aos Conselheiros sobre o contato realizado com a Sra. Branca do Departamento que emite Carteira

35 de Identidade em Blumenau, e a mesma informou que até então, a população pagava somente pela 2ª via

36 de identidade, e que a partir de 29 de março, data em que a legislação entrará em vigor, a cobrança se

37 dará a partir da 1ª via. A Assessora Helena entrou em contato ainda com o Instituto de Identificação - em

38 Florianópolis, a fim de verificar se alguma providência estava sendo tomada com relação à esta cobrança,

39 estes lhe informaram que nos próximos dias estarão baixando um decreto ou portaria para normatizar a

40 cobrança desta taxa e viabilizar às famílias de baixa renda. A Coordenadora Geral questionou os

Conselheiros qual será a atuação do CMDCA nesta questão, a Conselheira Tutelar Maria 41 Elisabeth sugeriu um

42 que o CMDCA expeça um documento no sentido de reforçar a importância da normatização desta ação pelo

43 Instituto. A sugestão da Conselheira Elisabeth foi aprovada pela plenária. A Conselheira Dora trouxe a

44 informação de que esta lei já existe e está em vigor no Brasil, somente o Estado de Santa Catarina ainda

45 não havia adotado a cobrança da taxa. Para finalizar, a Coordenadora Geral solicitou para que a Assessoria

46 verifique o âmbito desta lei, para que o Conselho possa direcionar a ação de forma concreta. Outra questão

47 levantada foi sobre um telefonema recebido pela Assessoria, da Sra. Regina Farias da Fundação Maurício

48 Sirotzki Sobrinho - FMMS., solicitando que o CMDCA indique entidades que estejam aptas a receber recursos

49 através do FIA. Estes recursos serão doados por executivos da RBS TV, através da FMMS. Posteriormente foi

50 contatado o Sr Alceu da FMMS, que informou que o Encaminhamento desta solicitação é urgente, que um

51 dos critérios para a escolha, são ações de impacto social e necessárias ao atendimento da Criança e

52 Adolescente. A Assessora Helena informou que no contato realizado com o Sr. Alceu, foram repassadas ao

53 mesmo, informações quanto aos critérios utilizados pelo CMDCA de Blumenau para à destinação de recursos

54 do FIA para a inscrição de programas e registro de entidades, entre outros. E foram encaminhadas, por e55

mail, ao Sr. Alceu, as Resoluções específicas. Diante do exposto, os Conselheiros consideraram de extrema

56 importância a participação do município de Blumenau, e definiram que o CMDCA deve identificar projetos que

57 se enquadram no perfil solicitado. Os Conselheiros discutiram a importância de definir as entidades, levando

58 em conta as demandas do município que estão deficientes ou são inexistentes. Diante disso, a plenária

59 priorizou a política de atendimento às Crianças e Adolescentes usuários de substâncias psicoativas, o

60 abrigo, os adolescentes do Centro de Internamento Provisório e a Política do atendimento à crianças de

61 0 à 6 anos. A Coordenadora Geral sugeriu que sejam apontados dois projetos de Organizações

62 Governamentais e dois Não Governamentais. Dentre as várias sugestões que foram apresentadas na

63 Plenária, o Conselho aprovou por unanimidade as seguintes entidades e programas: CERENE – Centro de

64 Recuperação Nova Esperança – Ação: Drogadição; Lar Bethel – Ação: Educação Infantil; CIP – Centro de

65 Internamento Provisório – Ação: Sócio Educativa; Abrigo Nossa Casa – Ação: Proteção. A Conselheira Eva

66 Salet sugeriu para que seja consultada a Entidade CERENE, pois trata-se da única entidade sem

67 representação nesta plenária, caso o projeto seja escolhido a entidade terá que se reordenar para o

68 atendimento à Adolescentes. A Coordenadora Geral propôs uma reunião com os coordenadores destas

69 entidades para esclarecer questões pontuais sobre os projetos, o Conselho aprovou por unanimidade. A

70 seguir a Coordenadora Geral procedeu a leitura da justificativa de ausência da Conselheira Vanessa Raquel

71 Cardoso, do Lar Betânia, pois já havia agendado compromisso para este dia. A Coordenadora Geral passou a

72 palavra para o Conselho Tutelar, uma vez que não foi previsto no Edital este momento. A Conselheira Tutelar

73 Lourdes comunicou à plenária sobre as dificuldades encontradas pelos Conselhos Tutelares para acessar o

74 SIPIA – Sistema Informatizado de Proteção à Infância e Adolescência, entre o Natal e o Ano Novo, relatou

75 que todos os trabalhos, realizados neste período, foram de forma manual, ressaltaram também a falta de

76 computadores, sendo que há cinco profissionais para dois computadores em cada Conselho. Outras duas

77 questões de cunho administrativo foram trazidas pelos Conselhos Tutelares, uma trata sobre a problemática

78 dos veículos utilizados para o atendimento, que segundo as Conselheiras Tutelares estes “quebram”

79 constantemente e a outra seria sobre o bloqueio de ligações interurbanas. Sobre o SIPIA, a Gerente de

80 Gestão Social Patrícia M. Sasse, respondeu que está em discussão a contratação de um funcionário com

especialização em informática para dar apoio a operacionalização do SIPIA. O Gestor 81 informou que os

82 veículos irão passar por uma revisão a cada 5.000km, para evitar as situações mencionadas e sobre as

83 ligações interurbanas, o Gestor propôs que o Conselho Tutelar encaminhe uma solicitação para o Diretor

84 Administrativo da SEMAS, para que o mesmo proceda a liberação do telefone. Após, a plenária passou para

85 o Intervalo. **4) Apresentação da Gerência de Gestão Social:** A Sra. Patrícia iniciou a apresentação da

86 Gerência de Gestão Social, explanando sobre o funcionamento, a abrangência e a equipe integrante. Segue

87 as informações repassadas aos Conselheiros, com relação a organização da Gerência: Gerente de Gestão

88 Social: Patrícia Morastoni Sasse, que se divide em dois eixos: 1) Coordenação do Planejamento da

89 Secretaria, a qual envolve: Vigilância Social, Planejamento Estratégico, Assessoria à Secretaria, Informação

90 e Diagnóstico, Formação e Divulgação e eventos como Processos de Escolha dos Conselhos Tutelares e

91 Conferência Municipal; 2) Coordenação Conselhos, que envolve assessoria aos Conselhos Municipais de

92 Assistência Social - CMAS, dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; do Idoso - CMI e de Segurança

93 Alimentar - CONSEA, além da Comissão de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Trabalham

94 nesta Gerência quatorze funcionárias, entre assessoras técnicas e apoio administrativo. A Conselheira Eva

95 Salet questionou sobre o Sistema de Cadastro para o atendimento à criança e ao adolescente, aprovado por

96 este Conselho no final de 2004. A Sra. Patrícia informou que o referido Cadastro entrará na área de

97 Informação e Diagnóstico, porém a equipe reuniu-se com o Instituto Antrópolis e os técnicos informaram

98 que não há como implantar o Sistema até que a Prefeitura regularize o funcionamento da rede de

99 informática, e diante desta informação adiou-se também a contratação do profissional que faria a

100 operacionalização do sistema. Sem maiores questionamentos, a plenária seguiu com o: 5) **Momento da**

101 **Comissão de Política, Plano e Diagnóstico:** A Conselheira Neiva, relatou sobre a proposta da Comissão em

102 realizar a plenária temática sobre o atendimento em Educação Infantil de 0 à 6 anos. A Conselheira Eva

103 Salet observou que esta ação deverá estar contemplada no Plano Pluri Anual, para que o Conselho possa

104 discutir e deliberar à respeito. Após breve debate, os Conselheiros aprovaram a realização da plenária

105 temática para o dia 03 de março, considerando que a provação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

106 será no dia 10 de março e o Plano Pluri Anual no dia 15 de março de 2005. Os Conselheiros sugeriram o

107 envio de ofícios solicitando as propostas voltadas para crianças e adolescentes nas áreas da Educação,

108 Saúde, Saneamento Básico, objetivo de identificar e analisar as ações a serem incluídas no Plano Pluri

109 Anual. A seguir, a Conselheira Neiva informou sobre a programação do IV Seminário Regional de Formação

110 sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente da ACCT - Associação Catarinense de Conselhos Tutelares, que

111 acontecerá no município de Timbó no dia 02 de março de 2005. Informou ainda, que foram realizados

112 orçamentos para quinze participantes no valor de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais). A Assessoria realizou

113 este orçamento antecipadamente, porém diante da disponibilidade de apenas quatro Conselheiros, o

114 Conselho aprovou por unanimidade o valor em forma de diária. Com relação aos Conselheiros Tutelares,

115 estes deverão solicitar a liberação de recursos para o Administrativo Financeiro da SEMAS. Ainda com a

116 palavra, a Conselheira Neiva relatou sobre a discussão na Comissão, sobre a Formação para os Conselheiros

117 de Direitos, que seria uma formação inicial para os novos Conselheiros e a partir desta formação, será

118 elaborada uma continuada para todos os Conselheiros. A Assessoria entrou em contato com a empresa

119 Dimensão e com o Sr. Célio Vanderlei de Moraes, e este último apresentou a proposta de realizar dois dias

120 de formação inicial e um dia de integração com todos os Conselheiros, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais)

a hora, nas datas: 14, 21 e 31 de março de 2005. O Conselho aprovou por unanimidade 121 a proposta, sendo

122 que em cada etapa um integrante da Coordenação Geral deverá participar juntamente com os novos

123 Conselheiros. **Palavra Livre:** A Conselheira Eva Salet trouxe para a plenária a questão dos Programas de

124 Prevenção, antes realizados pela SECRIAD e que neste momento estão sendo realizados na Fundação

125 Municipal de Desportos, manifestou a preocupação sobre o deslocamento das crianças até o local dos

126 programas, visto que estes eram realizados nos bairros de residência das mesmas. Solicitou que seja

127 incluída esta discussão na próxima reunião. Nada mais havendo, a Coordenadora Geral deu por encerrada a

128 reunião Ordinária, da qual eu, Cristiane Barcelos, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será

129 assinada por mim e pelos presentes.

130 Cristiane Barcelos.....

---

131 Alexandre Farias.....

---

132 Maria Aparecida Moraes.....

---

133 Andrea Heidemann.....

---

134 Liane Koffke.....

---

135 Claudia Lange.....

---

136 Lorete Bernardes.....

---

137 Darci H. Pereira.....

---

138 Edna E. E. Gonçalves.....

---

139 Neiva de Assis.....

---

140 Leila P. Vieira.....

---

141 Umberto O. de Campos.....

---

142 Eva Salet Mendes Johann.....

---

143 Dora Neves Moritz.....

---

144

145 Cientes:

146

147 Nome: Assinatura:

148 .....

---

149 .....

---

150 .....

---

151 .....

---

152 .....

---